



RE LA TÓ RIO

anual
2015





**RE
LA
TÓ
RIO**
anual
2015

Nossa Equipe

Conselho de Administração

Petrônio Alberto da Fonseca - **Presidente**
Oswaldo Jose Celino Ribeiro - **Vice Presidente**
Amarildo Tosta Santos - **Conselheiro**
George Wander de Albuquerque Rodrigues - **Conselheiro**
João Maia Mota - **Conselheiro**
Jorge Claudemiro da Silva - **Conselheiro**
Jose Augusto dos Santos - **Conselheiro**
Luiz Eugenio Fonseca Miranda - **Conselheiro**
Maria Zenilda Oliveira Batista - **Conselheira**
Maria Piza do Amaral Pondé - **Conselheira**
Walmir Saldanha Feijó - **Conselheiro**

Conselho Fiscal

Jurandir Bispo de Sena - **Coordenador**
Joaquim Amaral Filho - **Secretário**
Zilca Lenira Oliveira Campos - **Efetivo**
Antonio Carlos Lins Gomes - **Suplente**
Florivaldo Anuniação de Lima - **Suplente**
Rosa Maria da Conceição Correia Oliveira - **Suplente**

Diretoria Executiva

Oswaldo Jose Celino Ribeiro - **Diretor Geral**
Alexandre Pataro Chagas de Oliveira - **Diretor Operacional**
Anderson Borges Sales - **Diretor Administrativo**

Colaboradores

Adriana Pinto Coelho Sampaio Leite
Antonio Sergio Carneiro Mota
Ana Claudia Moura Oliveira de Souza
Antonio Ricardo Rabelo Santos
Barbara Cristina Vinagre Fontes
Brunna Fraga Schindler
Elane Cruz Lima de Jesus
Everton Luiz Almeida de Lima
Gabriela Viterbo da Silva Sá
Gustavo Cajui Moral Campos
Helianaira Matos Fonseca
Iasmin B. Sampaio
Jaqueline Lima Castello Branco dos Anjos
Joseane Silva dos Santos de Matos
Julio Cesar Costa Araujo
Karla Verena Cirne Lima
Laurane Maria de Jesus Ribeiro
Leila Magalhaes Cavalcante Silva
Liliana Menezes dos Santos
Maria Betania da Silva
Matheus Eduardo Tibúrcio Froza
Maurício de Jesus Lopes
Moane Moreira Mendes
Paulo Otávio dos Santos Silva
Raira Araújo Moreira
Ramon Magalhaes Reis
Renato Altino Paiva Neto
Roberta Moreira Batista
Roseliz Agatao Ferreira da Silva

Projeto Gráfico e Diagramação

Sebastião Lima

Sumário

Mensagem do Conselho de Administração	06
Mensagem da Diretoria Executiva	07
Produtos e Serviços	08
Indicadores da Cred Executivo	09
Relatório de Administração	10
Balanco Patrimonial - BP	15
Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP	16
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL.....	17
Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC	18
Notas Explicativas	19
Parecer do Conselho Fiscal	33
Parecer da Auditoria Externa.....	34

Mensagem do Conselho de Administração

Caros Associados,

O ano de 2015 foi um ano de fortes ajustes, decorrentes do acatamento das recomendações do BACEN em inspeção, realizada no primeiro semestre do ano, que impactaram de forma significativa no nosso resultado operacional e conseqüentemente nas sobras líquidas. O papel do CONAD, como Órgão Estatutário democraticamente eleito pela AGO, é representar o conjunto de associados da Cooperativa, e fazer a Administração Estratégica do empreendimento, determinando entre outras coisas, a execução pela DIREX, do Plano de Ação para regularização dos apontamentos das Auditorias, seja de ordem operacional ou externa. Tal medida visa a correção de procedimentos e processos, que mitigam riscos inerentes a atividade financeira, e buscam a fidedignidade das informações contidas nas demonstrações contábeis e financeiras.

Após 17 anos de fundação, sendo 15 de atividade operacional, obtendo ininterruptamente resultados positivos desde 2003, mesmo num ambiente altamente regulado, dominado pelos grandes conglomerados bancários, tendo atravessado períodos turbulentos, conseguimos crescer num ritmo que nos tornaram uma das maiores e melhores Cooperativas Financeiras em Ativos Administrados e classificação de risco do Sistema Sicoob/Bahia, apesar de ser uma das mais jovens. Tal desempenho só foi possível, graças à confiança depositada pela nossa base cooperada, nos nossos times de Administradores, Conselheiros e Diretores, da atua-

ção diligente do Conselho Fiscal, e da nossa equipe de colaboradores, que durante nossa jornada, souberam conduzir com comprometimento e muita competência, os destinos da nossa organização.

Outro fator determinante de nosso sucesso, é estar sempre preparado para as oportunidades que se apresentam. Baseado nesta lógica exitosa, realizaremos um AGE logo após nossa AGO, cuja proposta é uma reforma estatutária previamente acordada com o BACEN, que viabiliza uma maior abertura associativa, na busca de maior escala e competitividade. Esperamos mais uma vez, obter a confiança e o aval necessários para darmos continuidade a nossa trajetória vitoriosa, e trazermos cada vez mais resultados sociais e econômicos para nossos cooperados. Tal proposta visa complementarmente, o cumprimento do nosso Planejamento Estratégico para o triênio 2016/2018, que projeta um crescimento médio de 25% a.a, uma meta ambiciosa, mas factível se tivermos as condições propostas, trabalharmos duro, e formos determinados na busca do nosso objetivo.

“Unidos realizamos muito mais do que sonhamos. Resta-nos agora sonharmos mais alto”

Mensagem da Diretoria Executiva



Apesar de a economia nacional ter atravessado momentos difíceis em 2015, as cooperativas financeiras brasileiras se mantiveram ganhando progressiva relevância econômica e social, destacando-se pelas vantagens oferecidas aos associados, tais como facilidades de acesso ao crédito, taxas reduzidas e atendimento diferenciado. Seguiram, assim, se fortalecendo cada vez mais como alternativa ao sistema bancário convencional. Nessa mesma tendência, pudemos observar a nossa cooperativa, SICOOB CRED EXECUTIVO.

A atual gestão está encerrando um ciclo iniciado em 2012 tendo colhido os frutos de uma decisão tomada acertadamente, que foi a implantação da governança corporativa e a profissionalização da gestão, que incrementaram qualidade, objetividade e praticidade à tomada de decisão. Adicionalmente, houve o aprimoramento do relacionamento entre cooperados, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os órgãos de controle (Conselho Fiscal, auditoria e o Agente de Controle Interno e Riscos). As boas práticas viabilizadas pelo novo modelo de gestão aceleraram a conversão de princípios em ações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e ampliar o valor da cooperativa, facilitar seu desenvolvimento e gerar crescimento e longevidade a organização.

O encerramento do exercício 2015 se deu com um balanço positivo das ações comerciais e sociais da cooperativa. A despeito de todas as adversidades macroeconômicas que afetaram diretamente o bolso do brasileiro, nossa CRED EXECUTIVO apresentou desempenho global satisfatório, gerando um resultado superior a um milhão de reais, embora abaixo do que foi projetado no seu Planejamento Estratégico. O Capital Social, por sua vez, teve um incremento acima de 22%, enquanto os depósitos cresceram 31%, em comparação ao exercício de 2014, numa demonstração clara da confiança dos nossos associados na instituição que lhes pertence. Na média, os grandes números do SICOOB CRED EXECUTIVO tiveram um aumento de mais de 20%, contrastando com os percentuais bem menos expressivos que predominaram no conjunto das demais instituições que operam no mercado financeiro.

A recepção à auditoria do Banco Central do Brasil foi outro ponto de destaque em 2015. Como fruto da inspeção, demos início a ações de aprimoramento dos nossos instrumentos de controle para concessão do crédito, imprimindo maior seletividade e melhor qualidade às operações realizadas. Além disso, foram feitos ajustes nas provisões do crédito, em atendimento à Resolução 2.682/99, que descreve critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de

provisão para créditos de liquidação duvidosa. Mesmo considerando que a política econômica governamental ocasionou sucessivos aumentos da taxa de juros, crescimento da inadimplência, retração na disponibilidade de crédito e visível queda do consumo, as operações de crédito do SICOOB CRED EXECUTIVO obtiveram um crescimento de 22%.

Efetuamos reforma e ampliação da nossa Unidade Administrativa e a do PA 02 – Posto de Atendimento do Ministério Público, em Nazaré, que passaram a disponibilizar aos nossos cooperados, colaboradores e demais usuários instalações físicas modernas e confortáveis, compatíveis com os elevados padrões de qualidade da marca SICOOB, cumprindo assim um dos compromissos do nosso Plano de Metas para o exercício de 2015.

Com a finalidade de disseminar conceitos, estreitar o relacionamento com seus cooperados e divulgar a marca e os serviços financeiros do SICOOB CRED EXECUTIVO, realizamos ao longo de 2015 nas secretarias de governo palestras com o tema “Educação Financeira”. Além de divulgar e colocar em prática princípios cooperativistas, os eventos reforçam o compromisso da cooperativa com a saúde financeira dos seus associados e com seu bem-estar familiar. Some-se a isso constantes investimentos em capacitação para os colaboradores, conselheiros e dirigentes, utilizando-se dos recursos provenientes do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES), do apoio da Central BA e o do SESCOOP.

Outro ponto positivo em 2015 foi o crescimento do número de contas do segmento de Pessoa Jurídica, refletindo a chegada das cooperativas, associações, sindicatos, condomínios e outras entidades sem fins lucrativos para a nossa base associativa. Essas instituições passaram a conhecer e desfrutar de um portfólio de soluções com produtos e serviços de excelente qualidade, competitivos com preços acessíveis, além de se credenciarem ao compartilhamento dos resultados gerados ao final de cada exercício, como o apurado nesse ano.

Por fim, os nossos agradecimentos aos parceiros institucionais, aos gestores públicos, aos dirigentes e colaboradores do Sicoob Central BA, aos nossos colaboradores e Conselheiros pelo empenho das suas funções, e finalmente, ao nosso maior bem, Você associado, que acredita e adota o SICOOB CRED EXECUTIVO como a sua instituição financeira.

Muito obrigado pela reiterada confiança.

Salvador, 14 de março de 2016.

Diretoria Executiva

Produtos e Serviços

No Sicoob Cred Executivo você encontra soluções ágeis e modernas para facilitar sua vida, suas operações financeiras e garantir seu patrimônio. Sem contar que o Sicoob Cred Executivo tem um jeito diferente de oferecer produtos e serviços financeiros: além de disponibilizar as taxas mais competitivas do mercado, ele compartilha os resultados com os associados e aplica os recursos captados nas próprias entidades parceiras e comunidade, o que movimenta a economia local, gerando novas oportunidades de emprego e renda.

Para sua Vida

- Conta Corrente
- Conta Especial
- Conta Capital
- Crédito Consignado Sicoob
- Financiamento
- Cartões Sicoobcard
- Poupança Sicoob
- RDC Sicoob
- Sicoob Consórcios
- Sicoob Previ
- Sicoob Seguros
- DDA
- Débito Automático Sicoob
- Pagamento de Contas
- Transferência entre Contas

*Para sua Empresa

- Adiantamento de Recebíveis
- Cartões Sicoobcard Empresarial
- Cobrança Bancária
- Consórcios
- Conta Capital Sicoob
- Conta Empresarial Sicoob
- Conta Garantida Sicoob
- Conta Salário Sicoob
- Domicílio Bancário
- Poupança Sicoob
- RDC Sicoob
- Sicoob Salário
- Sicoob Seguros
- Sicoobcard Cabal Vale
- DDA
- Pagamento de Contas Sicoob
- Transferência entre Contas

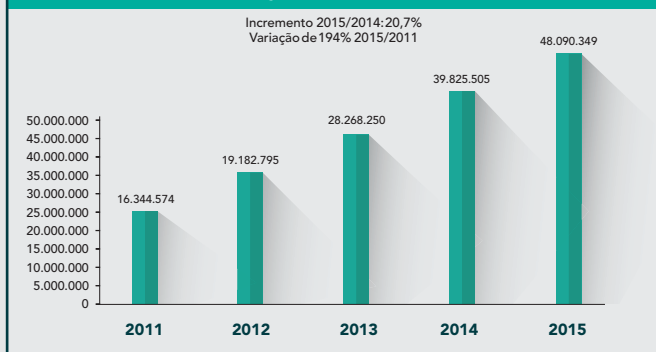


*Empresas sem fins lucrativos.

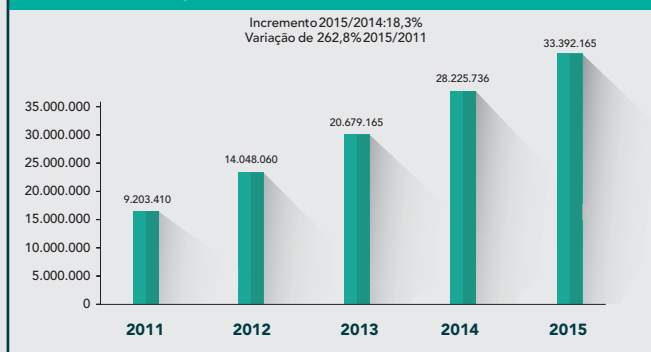
Indicadores da Cred Executivo



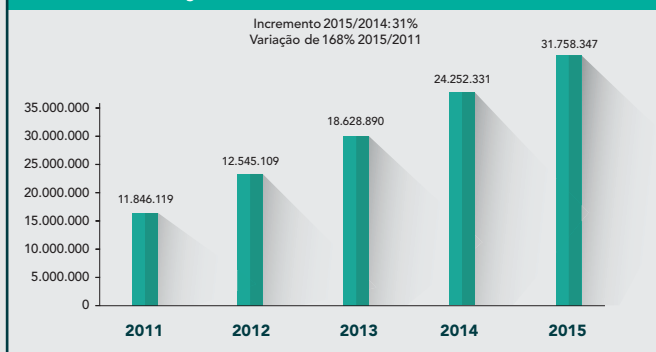
EVOLUÇÃO DOS ATIVOS



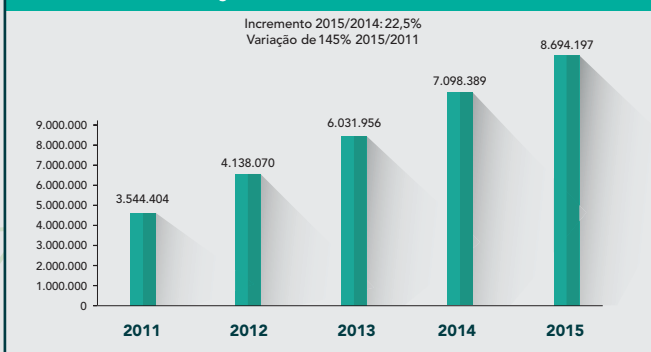
EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO



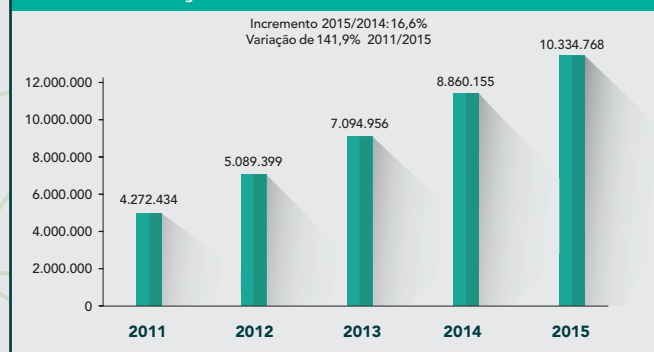
EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DEPÓSITOS



EVOLUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 31/12/15 da Cooperativa de Crédito de Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Estatutários Cíveis do Poder Executivo Estadual e do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no Estado da Bahia Ltda. – SICOOB CRED EXECUTIVO, na forma da Legislação em vigor.

01. Política Operacional

Em 2015 o SICOOB CRED EXECUTIVO completou 16 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

02. Avaliação de Resultados

No exercício de 2015, o SICOOB CRED EXECUTIVO obteve um resultado de R\$ 365.325,70 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 5,9%.

03. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 13.288.559,47. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 33.392.164,90.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	R\$	33.392.164,90	100%
--------------------	-----	---------------	------

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/15 o percentual de 13,8% da carteira, no montante de R\$ 4.602.778,39.

04. Captação

As captações, no total de R\$ 31.758.346,85 apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 30,9%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$	2.839.338,32	9%
Depósitos a Prazo	R\$	28.919.008,53	91%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/15 o percentual de 44,3% da captação, no montante de R\$ 14.074.018,92.

05. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CRED EXECUTIVO era de R\$9.985.478,29. O quadro de associados era composto por 2.546 Cooperados, havendo um acréscimo de 6,8% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

06. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICOOB CENTRAL BAHIA, visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação.

O SICOOB CRED EXECUTIVO adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 94,41% nos níveis de "A" a "C".

07. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL BAHIA, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

08. Conselho Fiscal

Eleito quadrienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2016, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL BAHIA, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

09. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CRED EXECUTIVO aderiram, em 03/05/2013, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2015, a Ouvidoria do SICOOB CRED EXECUTIVO registrou 09 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 09 reclamações, 09 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

12. Gerenciamento de Risco e de Capital

Risco operacional

- a) O gerenciamento do risco operacional do SICOOB CRED EXECUTIVO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/2006.

- b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o SICOOB CRED EXECUTIVO aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.
- c) O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob Consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.
- d) O uso da lista de verificação de conformidade (LVC) tem por objetividade identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no sistema de Controles Internos de Riscos Operacionais (Scir).
- e) As informações cadastradas no sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecidos pelo Sicoob Confederação.
- f) A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes as perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, Sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central e Bancoob, do Sicoob Confederação).
- g) Para situações de risco identificadas são estabelecidas planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de controles Internos e Riscos (ACIR).
- h) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, o SICOOB CRED EXECUTIVO possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

Risco de mercado

- a) O gerenciamento do risco de mercado do SICOOB CRED EXECUTIVO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/2007.
- b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o SICOOB CRED EXECUTIVO aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.
- c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB CRED EXECUTIVO possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

Risco de crédito

- a) O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB CRED EXECUTIVO objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- b) Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o SICOOB CRED EXECUTIVO aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

- c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB CRED EXECUTIVO possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

Gerenciamento de capital

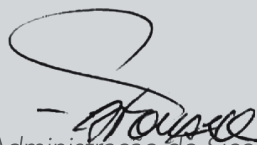
- a) A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CRED EXECUTIVO objetiva garantir a aderência as normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.
- b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB CRED EXECUTIVO aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.
- c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
 - I. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
 - II. Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.
 - III. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Salvador (BA), 15 de março de 2016.

Conselho de Administração



Conselho de Administração do Sicoob Cred Executivo
Petrônio Alberto da Fonseca
Presidente

Balanco Patrimonial

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Estatutários Cíveis do Poder Executivo Estadual e do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no Estado da Bahia Ltda.



BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em reais			
ATIVO	2015	2014	AH%
CIRCULANTE	22.519.733	19.684.251	14%
DISPONIBILIDADES - Nota 03	157.300	279.516	-44%
CAIXA E BANCO	157.300	279.516	-44%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - Nota 04	13.288.559	9.942.630	34%
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA	13.288.559	9.942.630	34%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Nota 05	8.755.273	9.286.529	-6%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.132.270	10.086.556	0,5%
(-) PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(1.376.997)	(800.027)	72%
OUTROS CRÉDITOS - Nota 06	317.732	175.026	82%
AVAIS E FIANÇAS HONRADOS	16.137	-	100%
RENDAS A RECEBER	142.241	93.100	53%
DIVERSOS	170.965	106.098	61%
(-) PROVISÃO PARA OUTROS CRÉDITOS	(11.612)	(24.172)	52%
OUTROS VALORES E BENS - Nota 07	869	551	58%
DESPESAS ANTECIPADAS	869	551	58%
NÃO CIRCULANTE	25.570.616	20.141.254	27%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - Nota 05	23.259.895	18.139.180	28%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	23.259.895	18.139.180	28%
INVESTIMENTOS - Nota 08	1.781.187	1.527.338	17%
PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS	1.781.187	1.527.338	17%
IMOBILIZADO DE USO - Nota 09	309.258	187.447	65%
INSTALAÇÕES, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE USO	214.877	98.810	117%
OUTROS	94.381	88.637	6%
DIFERIDO - Nota 10	148.571	196.037	-24%
GASTOS DE ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO	148.571	196.037	-24%
INTANGÍVEL - Nota 11	71.705	91.252	-21%
SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SOFTWARES	71.705	91.252	-21%
TOTAL DO ATIVO	48.090.349	39.825.505	21%
PASSIVO	2015	2014	AH%
CIRCULANTE	35.302.622	26.972.394	31%
DEPÓSITOS - Nota 12	31.758.347	24.252.331	31%
DEPÓSITOS A VISTA	2.839.338	2.499.852	14%
DEPÓSITOS SOB AVISO	2.510.317	2.385.297	5%
DEPÓSITOS A PRAZO	26.408.692	19.367.182	36%
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	197.616	30.672	544%
RECURSOS EM TRÂNSITO DE TERCEIROS	197.616	30.672	544%
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES - Nota 13	2.908.795	1.857.370	57%
EMPRÉSTIMOS NO PAÍS - OUTRAS INSTITUIÇÕES	2.191.886	1.857.370	18%
REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	716.909	-	100%
OUTRAS OBRIGAÇÕES - Nota 14	437.863	832.022	-47%
COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEMELHADOS	2.179	1.491	46%
SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS - Nota 14.1	97.487	119.412	-18%
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS - Nota 14.2	71.945	166.028	-57%
DIVERSAS - Nota 14.3	266.253	545.091	-51%
NÃO CIRCULANTE	2.452.959	3.992.956	-39%
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES - Nota 14	2.452.959	3.992.956	-72%
EMPRÉSTIMOS NO PAÍS - OUTRAS INSTITUIÇÕES	600.942	710.368	-15%
REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	1.852.017	3.282.588	-44%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.334.768	8.860.155	17%
CAPITAL SOCIAL - Nota 16	8.694.197	7.098.389	22%
RESERVAS DE LUCROS - Nota 16	1.288.356	1.119.730	15%
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS - Nota 16	352.216	642.036	-45%
TOTAL DO PASSIVO	48.090.349	39.825.505	21%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

OSVALDO JOSÉ CELINO RIBEIRO
DIRETOR GERAL

ANDERSON BORGES SALES
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR/CRCBA-023450/O-3

Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Estatutários Cíveis do Poder Executivo Estadual e do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no Estado da Bahia Ltda.



DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2015 E 2014			
	2º Semestre 2015	2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.351.352	7.996.154	6.180.888
Operações de Crédito - Nota 06	4.351.352	7.996.154	6.180.771
Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	-	-	116
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.925.687)	(4.747.990)	(2.565.161)
Operações de Captação no Mercado - Nota 12	(1.804.509)	(3.182.156)	(1.934.515)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses - Nota 13	(369.755)	(723.428)	(482.212)
Provisão para Operações de Créditos	(751.423)	(842.407)	(148.434)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.425.665	3.248.164	3.615.726
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	(1.192.304)	(2.045.365)	(1.801.964)
Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços	102.631	274.418	235.736
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	41.476	100.418	250.686
Dispêndio/Despesas de Pessoal	(1.171.107)	(2.178.198)	(1.767.083)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	(897.608)	(1.614.469)	(1.407.914)
Dipêndios/Despesas Tributárias	(16.803)	(47.229)	(33.104)
Resultado de Particip. Coligadas e Controladas	-	-	-
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	748.439	1.367.348	782.381
Outros Ingressos/Rendas Operacionais - Nota 19	116.052	290.675	525.774
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais - Nota 20	(115.385)	(238.327)	(388.440)
RESULTADO OPERACIONAL	233.361	1.202.798	1.813.762
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	397	(4.798)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	233.758	1.198.000	1.813.762
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.362)	(17.105)	(24.776)
SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES	229.396	1.180.895	1.788.986
DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS	(117.477)	(815.569)	(1.133.817)
FATES		(73.394)	(108.350)
RESERVAS DE LUCROS		(168.626)	(302.386)
JUROS AOCAPITAL	(117.477)	(573.549)	(723.082)
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS	111.918	365.326	655.169

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OSVALDO JOSÉ CELINO RIBEIRO
DIRETOR GERAL

ANDERSON BORGES SALES
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR / CRCBA-023450/O-3

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Estatutários Cíveis do Poder Executivo Estadual e do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no Estado da Bahia Ltda.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos reais – R\$)				
Eventos	Capital		Reservas de Sobras	
	Capital Subscrito	Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
Saldo em 31/12/13	6.031.956	817.344	245.655	7.094.956
Destinação de Sobras Exercício Anterior:				
Ao Capital	258.688		(258.688)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados			(77)	(77)
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	920.636		(23)	920.613
Por Devolução (-)	(726.050)			(726.050)
Sobras ou Perdas Líquidas			1.788.986	1.788.986
Provisão de Juros ao Capital			(723.082)	(723.082)
Subscrição do Juros ao Capital	721.304			721.304
IRRF sobre Juros ao Capital	(108.146)			(108.146)
Fates Atos Não Cooperativos			(57.953)	(57.953)
Destinação das Sobras do Exercício:				
. Fundo de Reserva		302.386	(302.386)	-
. F A T E S			(50.398)	(50.398)
Saldos em 31/12/14	7.098.389	1.119.730	642.036	8.860.155
Saldo em 31/12/14	7.098.389	1.119.730	642.036	8.860.155
Destinação de Sobras Exercício Anterior:				
Ao Capital	655.076		(655.076)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados			(93)	(93)
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	1.071.557			1.071.557
Por Devolução (-)	(699.235)			(699.235)
Estorno de Capital			23	23
Sobras ou Perdas Líquidas			1.180.895	1.180.895
Provisão de Juros ao Capital			(573.549)	(573.549)
Subscrição do Juros ao Capital	570.641			570.641
IRRF sobre Juros ao Capital	(2.231)			(2.231)
Fates Atos Não Cooperativos			(45.290)	-
Destinação das Sobras do Exercício:				
. Fundo de Reserva		168.626	(168.626)	-
. F A T E S			(28.104)	(73.394)
Saldos em 31/12/15	8.694.197	1.288.356	352.216	10.334.768
Saldo em 30/06/15	8.188.954	1.119.730	482.317	9.791.001
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	517.804			517.804
Por Devolução (-)	(580.971)			(580.971)
Estorno de Capital				-
Sobras ou Perdas Líquidas			229.396	229.396
Provisão de Juros ao Capital			(117.477)	(117.477)
Subscrição do Juros ao Capital	570.641			570.641
IRRF sobre Juros ao Capital	(2.231)			(2.231)
Fates Atos Não Cooperativos			(45.290)	(45.290)
Destinação das Sobras do Exercício:				
. Fundo de Reserva		168.626	(168.626)	-
. F A T E S			(28.104)	(28.104)
Saldos em 31/12/15	8.694.197	1.288.356	352.216	10.334.768

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OSVALDO JOSÉ CELINO RIBEIRO
DIRETOR GERAL

ANDERSON BORGES SALES
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR/CRCBA-023450/O-3

Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Estatutários Cíveis do Poder Executivo Estadual e do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no Estado da Bahia Ltda.



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

	2º Semestre		
	2015	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/(perdas) líquidas antes do imposto de renda e da contribuição social.....	233.758	1.198.000	1.813.762
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	550.933	16.056	(961.675)
Despesas de depreciação e amortização.....	56.694	111.675	75.833
IRPJ / CSLL	(4.362)	(17.105)	(24.776)
Provisão para Operações de Crédito	616.078	576.970	(250.170)
Provisão de juros ao capital.....	(117.477)	(573.549)	(723.082)
Destinação de sobras da Central.....	-	(68.906)	(32.137)
Distribuição Dividendos Bancoob.....	-	(13.029)	(7.344)
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	251.614	1.480.777	2.193.708
Relações interfinanceiras e interdependências.....	168.940	166.945	30.672
Operações de crédito.....	(1.719.422)	(5.166.429)	(7.546.556)
Outros créditos.....	(41.412)	(142.706)	(51.282)
Outros valores e bens.....	17.551	(318)	(511)
Depósitos	3.033.534	7.506.016	5.623.441
Obrigações por empréstimos e repasses.....	(537.605)	(488.572)	3.970.587
Outras obrigações	(669.971)	(394.159)	167.357
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.036.305	2.694.833	3.045.794
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de investimentos.....	(121.907)	(171.913)	(757.320)
Aquisição de imobilizado de uso.....	(128.131)	(166.134)	(73.934)
Aplicação no diferido.....	-	-	(148.518)
Aplicação no Intangível.....	(340)	(340)	(33.256)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(250.379)	(338.387)	(1.013.029)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Variações patrimoniais:	431.849	867.268	699.294
Aumento por novos aportes de Capital.....	517.804	1.071.557	920.636
Devolução de Capital à Cooperados.....	(580.971)	(699.235)	(726.050)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas a Pagar.....	-	(93)	(77)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos.....	(45.290)	(45.290)	(57.953)
FATES Sobras Exercício.....	(28.104)	(28.104)	(50.398)
Despesas de juros ao capital.....	570.641	570.641	721.304
IRRF sobre Juros ao Capital.....	(2.231)	(2.231)	(108.146)
Outros ajustes.....	-	23	(23)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	431.849	867.268	699.294
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	1.217.775	3.223.714	2.732.060
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	1.217.775	3.223.714	2.732.060
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	12.228.084	10.222.146	7.490.086
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período.....	13.445.860	13.445.860	10.222.146

OSVALDO JOSÉ CELINO RIBEIRO
DIRETOR GERAL

ANDERSON BORGES SALES
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR /CRCBA-023450/O-3

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Estatutários Cíveis do Poder Executivo Estadual e do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no Estado da Bahia Ltda. – SICOOB CRED EXECUTIVO, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 08/10/1999, filiada à Cooperativa Central de Crédito da Bahia – SICOOB CENTRAL BA e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CRED EXECUTIVO possui Postos de Atendimento (PA) nos seguintes bairros: Cabula, Nazaré e Centro Administrativo da Bahia-CAB localizados em Salvador-BA.

O SICOOB CRED EXECUTIVO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) Oferecer formação educacional a seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, por meio da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito;
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif. São considerados ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Dessa forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião de 16/03/2016.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09. O CPC 33 - Benefícios a Empregados aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/15 terá validade somente a partir de 1º de janeiro de 2016.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aqueles relativos a títulos descontados, que são calculados com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, conforme a Resolução CMN nº 3.604/08, incluem as rubricas caixa, os depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e o equivalente de caixa compreendem:

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e depósitos bancários	157.300	279.516
Relações interfinanceiras – centralização financeira	13.288.559	9.942.630
Total	13.445.860	10.222.146

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro e retificadas por conta de rendas a apropriar calculadas por critério "pro-rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

São representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL BA e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios, entre outros equipamentos, as instalações, os veículos, as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e os softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do Cosif. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 5 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/08, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Os saldos existentes em setembro de 2008 são mantidos até a sua efetiva realização.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, que são os líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, aos quais à Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – “impairment”

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2015 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

4. Relações Interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SI-COOB CENTRAL BA.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	13.288.559	9.942.630
Total	13.288.559	9.942.630

5. Operações de Crédito

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015	Total em 31/12/2014	Provisões 31/12/2014
AA	-	Normal	62.697	-	-	-
A	0,5%	Normal	24.222.464	(121.112)	7.308.786	(36.544)
B	1%	Normal	5.116.185	(51.162)	12.883.333	(128.833)
B	1%	Vencidas	240.388	(2.404)	114.298	(1.143)
C	3%	Normal	1.626.095	(48.783)	6.812.833	(204.385)
C	3%	Vencidas	318.994	(9.570)	268.522	(8.056)
D	10%	Normal	446.604	(44.660)	262.616	(26.262)
D	10%	Vencidas	115.800	(11.580)	30.019	(3.002)
E	30%	Normal	21.771	(6.531)	74.839	(22.452)
E	30%	Vencidas	11.676	(3.503)	88.280	(26.484)
F	50%	Normal	104.562	(52.281)	34.834	(17.417)
F	50%	Vencidas	82.009	(41.005)	5.115	(2.557)
G	70%	Normal	93.570	(65.499)	34.490	(24.143)
G	70%	Vencidas	34.811	(24.368)	30.078	(21.055)
H	100%	Normal	386.593	(386.593)	78.232	(78.232)
H	100%	Vencidas	507.946	(507.946)	199.462	(199.462)
Total Normal			32.080.541	(776.622)	27.489.963	(538.268)
Total de Vencidas			1.311.624	(600.375)	735.773	(261.759)
Total Geral			33.392.165	(1.376.997)	28.225.736	(800.027)
Provisões			(1.376.997)		(800.027)	
Total Líquido			32.015.168		27.425.709	

Obs.: Inclui Avais e Fianças Honrados

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos	3.680.854	5.445.171	22.519.841	31.645.866
Financiamentos	155.731	436.485	740.054	1.332.270
Avais e Fianças honrados	16.137	-	-	16.137
Total	3.852.722	5.881.656	23.259.895	32.994.273

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

c) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Emprést. / Financ.	31/12/2015	% da carteira
Setor Privado – Serviços	-	542.271	542.271	2%
Pessoa Física	414.029	32.452.001	32.866.031	98%
Outros	-	-	-	-
Total	414.029	32.994.273	33.408.302	100%

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	(800.027)	(1.050.196)
Constituições / Reversões no Período	(800.461)	(78.044)
Transferência para Prejuízo no Período	223.491	328.213
Total	(1.376.997)	(800.027)

e) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2015	% Carteira Total	31/12/2014	% Carteira Total
Maior Devedor	542.271	2%	223.081	0,79%
10 Maiores Devedores	2.707.684	8%	1.991.996	7,06%
50 Maiores Devedores	8.865.026	27%	7.875.797	27,90%

Não foram consideradas as hipóteses de grupos econômicos.

f) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	1.069.592	901.633
Valor das Operações Transferidas no Período	223.491	328.213
Valor das Operações recuperadas no período	(432.448)	(160.254)
Total	860.635	1.069.592

g) Receitas de Operações de Crédito:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamento a Depositantes	30.301	29.581
Empréstimos	7.177.485	5.771.758
Financiamentos	274.730	159.467
Sub-Total	7.482.517	5.960.805
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	513.637	219.965
Total	7.996.154	6.180.771

6. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Créditos por Avais e Fianças Honrados	16.137	-
Rendas a Receber	142.241	93.100
Rendas de Convênios a Receber	-	306
Serviços Prestados a Receber	7.517	-
Centralização Financeira	134.522	92.509
Rendas convênios a Receber – INSS	202	285
Diversos	170.965	106.098
Adiantamentos e Antecipações Salariais	6.089	10.971
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	50.307	10.205
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	800	21.971
Devedores por Depósitos em Garantia	15.200	-
Impostos e Contribuições a Compensar	909	1.373
Pagamentos a Ressarcir	285	13.609
Títulos e Créditos a Receber	2.029	4.538
Devedores Diversos – País (a)	95.346	43.431
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(11.612)	(24.172)
Total	317.732	175.026

(a) Em diversos estão registrados: diferença de caixa (R\$ 30), a pendências a regularizar (R\$ 15.220), empresa conta desconto folha (R\$78.685) e transitória portabilidade de crédito (R\$ 1.411).

7. Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Despesas Antecipadas	869	551
Total	869	551

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL BA e ações do BANCOOB.

Movimentação dos investimentos:

Descrição	SICOOB CENTRAL BA	BANCOOB	Total
Saldos em 31/12/2014	1.182.552	344.787	1.527.338
Investimentos	127.752	126.096	253.848
Saldos em 31/12/2015	1.310.304	470.883	1.781.187

9. Imobilizado de Uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme o estabelecido abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2015	31/12/2014
Instalações	10%	73.252	39.424
Móveis e Equipamentos	10%	205.892	106.131
Sistema de Processamento de Dados	20%	181.378	160.557
Sistemas de Comunicação	10%	15.097	10.010
Sistemas de Segurança	10%	22.086	15.449
Total		497.704	331.571
Depreciação acumulada		(188.446)	(144.124)
Total		309.258	187.447

10. Diferido

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, substancialmente, instalações e reformas de PA's.

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2015	31/12/2014
Benfeitorias	20%	240.111	240.111
Programa De Computador - Software	20%	-	13.970
Total		240.111	254.081
Amortização acumulada		(91.540)	(58.044)
Total		148.571	196.037

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2015	31/12/2014
Softwares – Adquiridos antes de 01/10/2013		129.196	129.588
Softwares – Adquiridos antes de 01/10/2013		33.597	33.256
Total		162.793	162.844
(-) Amortização acumulada		(91.088)	(71.592)
Total		71.705	91.252

O valor registrado na rubrica "Intangível – Sistema de Processamento de Dados Sisbr", refere-se em maior parte às licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquiridas em 30/06/2009 e em 16/09/2014, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR.

12. Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Depósito à Vista	2.839.338	2.499.852
Depósito Sob Aviso	2.510.317	2.385.297
Depósito a Prazo	26.408.692	19.367.182
Total	31.758.347	24.252.331

Os depósitos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e nº 4.284/13. Esse fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), além disso, tem o objetivo de prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera os depósitos à vista e a prazo, e as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Despesas com Operações de Captação de Mercado:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos a prazo	(3.140.123)	(1.910.234)
FGCOOP	(42.033)	(24.281)
Total	(3.182.156)	(1.934.515)

13. Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2015		31/12/2014
			Circulante Até 1 ano	Não Circulante Acima de 1 ano	
Sicoob Central BA	Média 102,20% CDI	Até 12/2017	2.513.461	279.367	2.567.738
BANCOOB	122% CDI	15/07/2019	1.732.531	836.395	3.282.588
Total			4.245.992	1.115.762	5.850.326

Resultado das Relações Interfinanceiras / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Sicoob Central BA	(284.716)	(265.847)
Bancoob	(438.712)	(216.365)
Total	(723.428)	(482.212)

14. Outras Obrigações

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	81.019	108.613
Cotas de capital a pagar (b)	16.469	10.799
Total	97.487	119.412

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais e à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e por 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif;

14.2 Fiscais e Previdenciárias

O saldo das obrigações fiscais e previdenciárias de curto prazo é composto por tributos a serem recolhidos, conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Impostos e Contribuições sobre o Lucro	1.072	6.098
Tributos incidentes sobre serviços prestados por terceiros	13.313	10.699
Tributos incidentes sobre folha de pagamento	45.592	37.858
IRRF sobre juros ao capital	2.231	108.412
Outros	9.736	2.961
Total	71.945	166.028

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	1.039	10.595
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	5.743	1.056
Despesas de pessoal (a)	145.664	192.373
Outras despesas administrativas (b)	64.468	60.071
Outros passivos	4.875	-
Credores Diversos – País (c)	44.463	280.996
Total	266.253	545.091

(a) Referem-se as provisões de férias (R\$107.740), provisão INSS sobre férias (R\$28.228), provisão FGTS sobre férias (R\$8.619), provisão PIS sobre férias (R\$1.077).

(b) Referem-se pagamentos a serem efetuados de despesas com: água/energia/gás (R\$400), comunicações (R\$10.250), processamento de dados (R\$10.350), segurança e vigilância (R\$570), transporte (R\$1.900), seguro (R\$29.223), condomínio (R\$ 930), compensação (R\$2.472) provisão de despesas com cartão (R\$ 4.379) e outras (R\$3.994);

(c) Composta por valores de pendências Bancoob (R\$14.495), sobras de caixa (R\$297), conta transitória (R\$ 308), pendências a regularizar Bancoob (R\$ 23.037), créditos de terceiros (R\$21), transitória portabilidade de crédito (R\$ 661) e créditos diversos liquidação cobrança (R\$5.644).

15. Instrumentos Financeiros

O SICOOB CRED EXECUTIVO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, é utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, as normas do Banco Central do Brasil e a posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 09 de abril de 2015, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$655.169.

17. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receita de prestação de serviços	123.971	158.921
Despesas específicas de atos não cooperativos	(11.375)	-
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(45.433)	(76.131)
Resultado operacional	67.162	82.789
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(4.798)	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	62.364	82.789
Imposto de Renda e Contribuição Social	(17.074)	(24.837)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	45.290	57.953

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa remunerou o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme circular BACEN nº 2.739/1997.

19. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e dos membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2015:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 120.878,18	0,40%
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 65.000,00	1,50%

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2015:

OPERAÇÕES ATIVAS			
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Empréstimos e Financiamentos	323.598,29	1.666,21	0,98%
Cheque especial e conta garantida	9.634,17	22,21	2,56%
Adiantamento a depositantes	4.034,01	20,17	10,55%
Coobrigações	31.537,65	-	-

OPERAÇÕES PASSIVAS		
Aplicações Financeiras	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
1.563.623,24	5,4%	95,75%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, nas formas de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial	7,90%	7,90%
Empréstimos	1,75% A 4,83%	1,75% A 4,83%
Aplicação Financeira	90% A 102% CDI	90% A 102% CDI

No primeiro exercício de 2015, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, Cédula de presença do conselho de Administração e INSS apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS (R\$)	
Honorários	(308.000)
Cédula de Presença	(75.262)
INSS	(76.652)

20. Cooperativa Central de Crédito da Bahia

O SICOOB CENTRAL BA é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum, em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e pelas normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como a facilitação da utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL BA a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e a aplicação dos recursos captados, a implantação e a implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras medidas.

O SICOOB CRED EXECUTIVO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL BA perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a Sicoob Central BA:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 4)	13.288.559	9.942.630
Ativo Permanente - Investimentos (nota 8)	1.310.304	1.182.552
Passivo circulante e não circulante Obrigações por empréstimos e repasses (nota 13)	2.792.828	2.567.738

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL BA em 30 de junho de 2015, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 07 de agosto de 2015, com opinião sem modificação. A auditoria das demonstrações contábeis referente à data base 31 de dezembro de 2015 não foi concluída até a data da aprovação das demonstrações objeto dessa publicação.

21. Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas

Em 31 de dezembro de 2015, a cooperativa esteve responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$643.009, referentes ao aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

22. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

23. Índice de Basileia

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2015.

24. Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014

Em maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (1) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como modifica a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (2) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação da referida Lei, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que a lei tributária regule a matéria; (3) inclui tratamento específico sobre potencial de tributação de lucros ou dividendos; (4) inclui disposições sobre o cálculo de juros de capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

O Sicoob Confederação por meio da CCI-274/2014, com base em parecer jurídico, orientou a utilização da opção “não optante”, como a mais adequada para as cooperativas do Sistema Sicoob.

Salvador (BA), 16 de Março de 2016.



Oswaldo José Celino Ribeiro
Diretor Geral



Alexandre Pataro Chagas de Oliveira
Diretor Operacional



Anderson Borges Sales
Diretor Administrativo

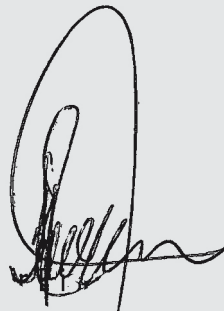


Valmir Lima Silva
Contador – CRC/BA nº: 023450/O-3

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da SICOOB CRED EXECUTIVO, no uso das atribuições legais e estatutárias, após examinar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e analisado o Relatório dos Auditores Independentes da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, emitido em 21 de Março de 2016, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis examinadas, a posição patrimonial e financeira da cooperativa.

Salvador, 21 de Março de 2016.



Jurandir Bispo de Sena
Coordenador



Joaquim Amaral Filho
Secretário



Zilca Lenira Oliveira Campos
Membro Efetivo

Parecer da Auditoria Externa

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Estatutários Cíveis do Poder Executivo Estadual e do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no estado da Bahia Ltda.

Sicoob Cred Executivo - Salvador - Ba

Prezados Senhores,

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Estatutários Cíveis do Poder Executivo Estadual e do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no Estado da Bahia Ltda. – SICOOB CRED EXECUTIVO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Estatutários Cíveis do Poder Executivo Estadual e do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no Estado da Bahia Ltda. – SICOOB CRED EXECUTIVO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demons-

trações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Estatutários Cíveis do Poder Executivo Estadual e do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no Estado da Bahia Ltda. – SICOOB CRED EXECUTIVO em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Belo Horizonte, 21 de março de 2016.



Antonio Alberto Sica
Contador CRC MG 080.030/O-0 "S" BA
CNAI 1845



www.sicoob.com.br

[f/sicoob.oficial](https://www.facebook.com/sicoob.oficial) [@sicoob.oficial](https://www.instagram.com/sicoob.oficial)